

Entre a técnica e a pressão: estudo sobre o desafio contábil das obrigações acessórias

Between technique and pressure: study on the accounting challenge of tax compliance

Recebido: 20/09/2025 - Aprovado: 30/11/2025 - Publicado:
01/12/2025 / Processo de Avaliação: Double Blind Review

Leonardo José Seixas Pinto¹
Alcides de Franco Magalhães Júnior²

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar a percepção dos profissionais de contabilidade acerca dos desafios relacionados ao cumprimento das obrigações acessórias. Para tanto, aplicou-se um questionário estruturado com base na Escala Likert, cujos resultados revelaram uma média geral de 3,39 e desvio-padrão médio de 1,07, indicando tendência de concordância moderada entre os respondentes. Os dados demonstram que há consenso quanto à necessidade de conhecimento técnico especializado, investimentos em tecnologia e capacitação contínua para o adequado desempenho das atividades contábeis. Contudo, observou-se insatisfação quanto ao reconhecimento profissional, à remuneração e ao suporte oferecido pelos órgãos fiscais, bem como percepção de sobrecarga e estresse decorrentes das exigências legais. As multas e penalidades foram avaliadas como elevadas e impactantes para os escritórios de contabilidade, enquanto os clientes foram percebidos como pouco conscientes da complexidade do trabalho envolvido. Conclui-se que o cumprimento das obrigações acessórias constitui uma atividade de alta exigência técnica e emocional, desenvolvida em um contexto de instabilidade normativa, baixa valorização e elevada pressão operacional, o que reforça a necessidade de políticas de valorização e apoio institucional à profissão contábil.

Palavras-chave: obrigações acessórias, profissionais de contabilidade, tecnologia contábil, valorização profissional, estresse ocupacional

ABSTRACT

This study aimed to analyze the perception of accounting professionals regarding the challenges associated with fulfilling tax accessory obligations. A structured questionnaire based on the Likert Scale was applied, and the results revealed an overall mean of 3.39 and an average standard deviation of 1.07, indicating a moderate tendency toward agreement among respondents. The findings demonstrate a consensus on the need for specialized technical knowledge, investment in technology, and continuous professional training to ensure the proper performance of accounting activities. However, the data also reveal dissatisfaction with professional recognition,

¹ Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília. Brasil. E-mail: leonardopinto@id.uff.br

² Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense. Brasil. E-mail: alcidesfmj@icloud.com

remuneration, and the support provided by tax authorities, as well as the perception of work overload and stress resulting from legal demands. Penalties and fines were evaluated as high and financially impactful for accounting firms, while clients were perceived as having limited understanding of the complexity involved in these tasks. It is concluded that fulfilling tax accessory obligations is an activity of high technical and emotional demand, developed in a context of regulatory instability, low professional recognition, and significant operational pressure, highlighting the need for institutional support and professional valorization policies within the accounting field.

Keywords: accessory obligations, accounting professionals, accounting technology, professional recognition, occupational stress

1. INTRODUÇÃO

A rotina dos contadores e escritórios contábeis é intensamente afetada pelo cumprimento das obrigações acessórias, uma realidade que impõe desafios significativos em termos de custos com pessoal, tempo dedicado e a necessidade de constante atualização profissional.

O cumprimento das obrigações acessórias consome um tempo precioso que poderia ser empregado em serviços mais qualificados como orientação estratégica, refletindo diretamente no resultado final dos trabalhos dos escritórios de contabilidade. A complexidade e o volume dessas obrigações têm crescido, exigindo dos profissionais uma capacidade de adaptação e atualização constante.

As mudanças frequentes na legislação tributária exigem que os contadores estejam sempre atentos e se atualizem regularmente para garantir a precisão e a conformidade das informações reportadas. Isso muitas vezes requer investimento em treinamento e desenvolvimento profissional, além da aquisição de softwares e sistemas atualizados que possam auxiliar na gestão, confecção e elaboração e no cumprimento dessas obrigações.

A obrigação é acessória exigida por força de lei, onde a prestação a ser cumprida é a de fazer ou não fazer alguma coisa, ou permitir que ela seja feita pelo Fisco, tudo no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos (artigo 113, § 2, do CTN). O objetivo principal da obrigação acessória é o de demonstrar para o governo todas as informações sobre receita efetiva e demais informações sobre impostos e tributos apurados, bem como no que diz respeito à parte trabalhista, como as folhas de pagamento e encargos sociais gerados. As obrigações acessórias podem ser classificadas conforme o regime de tributação das empresas: lucro real, lucro presumido, e o Simples Nacional (Giatti, 2016), sendo que essa classificação é usada propriamente quanto à classificação dos regimes de tributação federal. A obrigação acessória tem sido um desafio para a

profissão contábil e o aparalhamento de sistemas e *softwares* tem sido investimento recorrente dos escritórios de contabilidade. Diante dessa dificuldade inerente ao desafio da profissão de contador este artigo visa responder a seguinte questão: Como os profissionais de contabilidade percebem os desafios, impactos e condições associados ao cumprimento das obrigações acessórias, considerando aspectos técnicos, tecnológicos, organizacionais e de valorização profissional?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) oriundo do Programa de Aceleramento de Crescimento (PAC) do Governo Federal, estabelecido pelo Decreto nº 6.022 de janeiro de 2007, em razão dos avanços da informação, possibilita conforme o art. 2º a concentração das atividades de recebimento e cruzamento de informações prestadas pelo contribuinte, além de validar, armazenar e autenticar os livros provenientes da escrituração contábil e fiscal das pessoas jurídicas, inclusive as imunes e isentas.

O SPED, segundo a RFB (2010) constitui-se na modernização dos sistemas de informações no que diz respeito ao cumprimento das obrigações acessórias que são elaboradas e transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias. O uso de documentos eletrônicos e certificado digital tem se tornado comum assegurando a autenticidade e veracidade dos dados apresentados.

A utilização de sistemas informatizados e integrados com as diferentes áreas da contabilidade pode facilitar a geração e a transmissão dos arquivos digitais, além de proporcionar uma visão mais clara do status das obrigações. Conforme Corrêa et al. (2014, p. 10), “[...] as obrigações acessórias são instrumentos que auxiliam os órgãos fiscalizadores na apuração e arrecadação dos tributos, atribuindo aos contribuintes grande parte desta responsabilidade, que declara as informações sob pena de lei.”

Para atenuar a disparidade de informações entre os contribuintes e as autoridades fiscais, bem como para uniformizar os dados submetidos pelos contribuintes com o intuito de elevar a qualidade das informações exigidas, foi instituído o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme destacado por Silva Filho e Leite Filho (2016).

A chave é a combinação de tecnologia, conhecimento atualizado e processos bem estruturados, que juntos formam a base para um gerenciamento de obrigações acessórias eficiente e confiável. Com o avanço da informatização no Brasil, a RFB busca, por meio de novas tecnologias, ferramentas capazes de gerar dados uniformizados das empresas,

possibilitando a conferência da veracidade das informações prestadas e o cruzamento entre declarações.

Em investigação paralela, Silva Filho, Leite Filho e Pereira (2015) analisaram os benefícios e desafios identificados por profissionais de contabilidade em João Pessoa em relação ao SPED.

As informações fornecidas pela Contabilidade auxiliam os gestores à tomada de decisão, ao permitir conhecer os fatos que impactaram a organização, através da extensão desse efeito sobre o desempenho empresarial, explicando os fenômenos patrimoniais e suas projeções.

Diferentemente da obrigação principal que é aquela que “[...] surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente” (Brasil, 1966). Portanto, as obrigações acessórias são aquelas que têm por finalidade a prestação de informações ao governo, tanto para fins de comprovação de dados de interesse da arrecadação tributária, como para fins de fiscalização. Diante da necessidade de acompanhar a realidade do que as empresas declaram, principalmente acerca de receitas tributáveis e de despesas dedutíveis, a legislação brasileira obriga o profissional da contabilidade a preencher programas e, assim, transmitir informações sobre a atividade durante um período de tempo. Oliveira e Ávila, em 2016, ressaltaram que o SPED demanda um elevado nível de competência dos profissionais da contabilidade, dado que introduz um formato digital para os registros contábeis e fiscais, alterando as rotinas de trabalho dos contadores e das empresas sujeitas ao sistema.

O SPED representa um avanço significativo na forma como as empresas brasileiras reportam suas informações fiscais e contábeis sendo que este promove a integração dos fiscos, padronizando a transmissão, validação, armazenamento e autenticação de documentos fiscais eletrônicos. O SPED é um sistema que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que compõem as escriturações contábil e fiscal das empresas, em um ambiente totalmente digital. Com isso, busca-se simplificar o cumprimento das obrigações tributárias e reduzir custos para as empresas e para o governo.

Os benefícios trazidos pelo SPED são a diminuição dos gastos com papel e com espaço físico para armazenamento de documentos, processos mais rápidos para a preparação, validação e envio das informações ao fisco. Com isso, o Fisco detém maior facilidade de acesso às informações, contribuindo para a transparência das operações.

Com isso, ocorre a melhoria na integração entre os diversos entes tributários, facilitando a fiscalização e o cruzamento de informações.

De acordo com Alberti (2016), em sua dissertação de mestrado intitulada O impacto da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED nas empresas do setor têxtil e de confecções, segundo a percepção dos gestores das empresas, desenvolvida na Universidade Presbiteriana Mackenzie, conclui que a adoção do SPED trouxe maior complexidade burocrática nos procedimentos internos das empresas, refletida em custos extras que influenciam os resultados financeiros e geram inquietação devido ao aumento do risco de sanções devido à maior facilidade de inspeção.

O SPED é composto por vários módulos, incluindo a Escrituração Contábil Digital (ECD), que substitui a escrituração em papel pela digital, contendo os mesmos registros contábeis. A Escrituração Fiscal Digital (EFD), que abrange informações relacionadas aos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais. Além da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), que substituiu a nota fiscal impressa, sendo um documento de existência apenas digital. Apesar dos benefícios, a implementação do SPED também apresenta desafios. As empresas precisam investir em sistemas de TI adequados e garantir a correta capacitação de seus profissionais para lidar com as novas exigências digitais. Além disso, é fundamental manter-se atualizado com as constantes mudanças na legislação e nos requisitos técnicos do sistema. Silva *et. Al.* (2018), examinaram como os contabilistas percebem suas habilidades técnicas no manuseio do SPED dentro de organizações do terceiro setor. Eles descobriram que tanto assistentes quanto analistas e coordenadores contábeis enfrentam obstáculos na implementação do sistema, com ênfase nos elevados custos iniciais e no tempo necessário para transmitir os dados adequadamente.

Conforme Silva Filho, Leite Filho e Pereira (2015), em seu estudo sobre os impactos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), os autores observaram que a implementação do sistema contribuiu para o aumento da arrecadação tributária, decorrente da redução da evasão fiscal, além de ampliar a disponibilidade de recursos para políticas públicas, atendendo às expectativas da sociedade.

Em 2017, o SPED celebrou uma década desde sua implementação, marcando uma revolução na maneira como as organizações transmitem dados, facilitando a comunicação com os fiscos federal, estadual e municipal. A Receita Federal do Brasil, em sua comunicação oficial, reconheceu o SPED como um caso de sucesso internacional no que tange à prestação de informações fiscais.

A implementação de um sistema de escrituração digital público em Portugal, inspirado no modelo brasileiro e seus três principais componentes: SPED Contábil, SPED Fiscal e NF-e, seria benéfica para aprimorar a troca e uniformização de dados contábeis e fiscais. Isso se deve à capacidade do sistema de gerar informações de maneira constante e padronizada, o que diminuiria os custos relacionados às obrigações acessórias tanto para os contribuintes quanto para as entidades governamentais. Além disso, simplificaria o processo de cumprimento dessas obrigações para os contribuintes, ao unificar a transmissão de diferentes requerimentos fiscais, e proporcionaria um fluxo de informações mais amplo, facilitando a detecção de infrações tributárias e aprimorando o controle de processos, o acesso à informação, a fiscalização das operações por meio do cruzamento de dados e a auditoria eletrônica.

Neves Júnior, Oliveira e Carneiro (2011, p. 9) destacam que o SPED apresentou significativos desafios e oportunidades para os contadores e firmas de contabilidade, sendo que a antecipação e adaptação ao Sistema Público de Escrituração Digital representam uma vantagem competitiva, criando um diferencial importante no ambiente corporativo e contribuindo para a redução da concorrência desleal.

Segundo Silva Filho e Leite Filho (2016) e Filipin *et al* (2016) os profissionais de contabilidade estão enfrentando um período de transformações significativas com a adoção dos projetos do SPED.

Em um estudo conduzido por Silva em 2012, foi investigada a perspectiva de diferentes profissionais da área metropolitana de Belo Horizonte sobre a implementação do SPED. Aplicou-se questionário a 130 indivíduos, incluindo empresários, contadores e agentes de fiscalização, observou-se que o SPED foi benéfico para os auditores fiscais, pois simplificou o processo de fiscalização e contribuiu para a diminuição da evasão fiscal. No entanto, o estudo também revelou que ainda há um caminho a ser percorrido para a plena adaptação ao sistema por parte dos contadores e das empresas.

Em 2015, Silva Filho, Leite Filho e Pereira exploraram os impactos do SPED na cidade de João Pessoa, identificando como principal desafio a falta de pessoal capacitado. Em contrapartida, destacaram que o SPED trouxe melhorias significativas na qualidade das informações contábeis e gerou novas oportunidades de trabalho no setor, como consultoria e educação fiscal.

Jordão *et al* (2015), realizaram uma pesquisa exploratória para compreender melhor as impressões de empresários e profissionais da contabilidade sobre o SPED,

enfatizando a necessidade de mais preparo e conhecimento sobre o sistema entre os envolvidos.

Embora a implementação do SPED possa ser custosa inicialmente, a longo prazo, pode levar a uma redução de custos operacionais. Com menos papelada e processos mais eficientes, as empresas podem economizar em recursos materiais e humanos. A necessidade de adotar novas tecnologias para atender aos requisitos do SPED pode ser um desafio, especialmente para pequenas e médias empresas que talvez não tenham os recursos para investir em sistemas de TI avançados. A implementação do SPED exige que os funcionários sejam treinados para lidar com novos sistemas e processos. Isso pode ser um desafio em termos de tempo e custo, mas é essencial para garantir a eficácia do sistema. A adaptação aos requisitos do SPED pode exigir mudanças significativas nos processos internos das empresas. Isso pode incluir a reestruturação de departamentos ou a revisão de procedimentos operacionais. Empresas que se adaptam com sucesso ao SPED se beneficiam de uma vantagem competitiva. A eficiência e a transparência são vistas positivamente por parceiros e investidores, melhorando a posição da empresa no mercado.

2.1 Gestão das obrigações acessórias

A gestão das obrigações acessórias é uma tarefa complexa que exige atenção e precisão dos escritórios contábeis. Essas obrigações, que vão além do pagamento de tributos, incluem a entrega de declarações e relatórios fiscais detalhados, essenciais para a conformidade legal das empresas. Os desafios enfrentados pelos escritórios contábeis nesta área são diversos e impactam diretamente a eficiência e a eficácia dos serviços prestados. Um dos principais desafios é a gestão manual das obrigações acessórias, que pode ser extremamente trabalhosa e propensa a erros. Para Stein e Mengden (2014), os escritórios de contabilidade são entidades que perscrutam práticas contábeis, cujo objeto elementar é a prestação de informes de natureza patrimonial aos interessados. Por seu turno, (Mengden, 2014, p. 57) conceitua a empresa contábil como, “[...] empresa que explora a prestação dos serviços profissionais de contador, quais sejam: escrituração contábil, planejamento de contas, organização dos serviços contábeis, auditoria, orientações sobre balanços, análises das situações da empresa através de seu balanço, organização das escritas de custos de produção, etc”.

A necessidade de acompanhar diversas datas de vencimento, preencher formulários complexos e garantir a precisão dos dados pode sobrecarregar os

profissionais contábeis. Além disso, a falta de integração entre sistemas e a comunicação inefficiente com os clientes podem dificultar ainda mais esse processo. Outro desafio significativo é a constante mudança na legislação tributária, que exige que os contadores estejam sempre atualizados para garantir a precisão e a conformidade das informações reportadas. Isso muitas vezes requer investimento em treinamento e desenvolvimento profissional, além da aquisição de softwares atualizados que possam auxiliar na gestão dessas obrigações. Contudo, apesar das facilidades digitais implementadas para proporcionar o cruzamento de informações, as empresas incorrem em custos denominados custos de conformidade à tributação, tais como os gastos com preenchimento de declarações, com cálculo e retenção de impostos e com treinamentos, pesquisas e capacitações.

A pressão para cumprir prazo e evitar penalidades também é um fator que contribui para o ambiente de trabalho estressante nos escritórios contábeis. A necessidade de horas extras para cumprir com as obrigações acessórias dentro dos prazos estabelecidos pode levar a um aumento nos custos operacionais e ao desgaste dos profissionais. A automatização de processos contábeis tem se mostrado uma solução eficaz para superar alguns desses desafios. Softwares especializados, como o Rupee, permitem a automação de diversos processos contábeis, reduzindo o trabalho manual e minimizando erros. A experiência de escritórios de contabilidade, que adotaram o software Rupee, demonstra que a automação de processos, a precisão nos dados e a comunicação eficiente com os clientes são fundamentais para o sucesso contábil. Além disso, a eficiência e precisão proporcionadas por um software especializado oferecem dashboards interativos e relatórios detalhados, permitindo uma visão clara e abrangente das tarefas a serem cumpridas. Isso facilita a tomada de decisões e garante que todas as obrigações sejam atendidas dentro dos prazos estabelecidos. Segundo Lizote e Mariot (2012), essas obrigações têm o objetivo de proporcionar rapidez e segurança no processo de fiscalização das práticas ilícitas, uma vez que elas permitem o governo cruzar dados realizados com os declarados pelas empresas. Vale ressaltar que o ambiente moderno propicia a utilização de meios informatizados, o que favorece o trabalho do fisco brasileiro na busca por diminuir os processos informais dentro das empresas e a sonegação fiscal (Colombo, 2012).

Os escritórios contábeis devem enfrentar os desafios da gestão das obrigações acessórias com estratégias que incluem a automatização de processos, a educação contínua, a gestão eficiente do tempo e dos recursos, e a adoção de tecnologias avançadas.

A capacidade de adaptar-se e atualizar-se constantemente é essencial para manter a conformidade fiscal e oferecer serviços de alta qualidade aos clientes. A combinação de tecnologia, conhecimento atualizado e processos bem estruturados é a chave para uma gestão eficiente e confiável das obrigações acessórias. Os escritórios de contabilidade, para ofertarem um atendimento de qualidade aos usuários de seus serviços, devem ir muito além da escrituração, isto é, devem aprofundar seus conhecimentos em gestão empresarial e investir em inovações tecnológicas que possam proporcionar segurança e credibilidade às informações transmitidas às partes interessadas. Para isso, se faz necessário constituir um grupo de profissionais capacitados e experientes na sua área de atuação, bem como atualizados com a legislação vigente (Henrique *et al*, 2009).

Porém, como pontuado por bem Stein e Mengden (2014), as obrigações acessórias realizadas pelos escritórios de contabilidade, em razão da quantidade de trabalhos envolvidos, demandam grande tempo do profissional da área contábil, colocando as funções originárias do ofício em posição secundária, comprometendo a qualidade e impossibilitando, por vezes, a execução de determinados serviços. Ainda com espeque no entendimento dos literatos em exposição, é sabido o fisco precisa exercer sua função fiscalizatória, quando por sua vez, o contribuinte, por intermédio dos escritórios de contabilidade, possui o dever de fornecer informações. Todavia, a sobre carga obrigacional, por vezes, obstaculiza o cumprimento da determinação prescrita pela legislação tributária. Vale destacar neste contexto, que não bastasse a complexidade de adaptação enfrentada pelos escritórios de contabilidade, constantemente, emergem obrigações inéditas que desestabilizam o cotidiano contábil e fiscal.

Silva Filho, Rufino e Leite Filho (2016) analisaram o impacto nos custos decorrente da adoção do SPED na percepção de empresários de João Pessoa identificando que houve aumento na quantidade de recursos aplicados (horas de trabalho, sistemas, serviços contábeis), em que 75% dos empresários confirmam o aumento do número de pessoas responsáveis pelo cumprimento das obrigações acessórias, 62,5% das empresas afirmaram que não houve redução de custos administrativos após SPED, 78,6% reconheceram que houve redução nos custos com emissão e armazenamento de documentos. Sobre o custo das obrigações acessórias nas empresas sujeitas ao regime de tributação do lucro real, na grande São Paulo, Reis (2015) identificou através de entrevistas e questionários aplicados na sede de empresas (número de empresas não foi informado).

2.2 Desafios para as organizações contábeis

Designar uma equipe ou indivíduo para monitorar proativamente as mudanças na legislação tributária. Isso pode incluir o acompanhamento de anúncios do governo, projetos de lei em discussão no Congresso e decisões judiciais relevantes. Desenvolver políticas internas para a gestão do conhecimento, garantindo que as informações sobre as mudanças na legislação sejam disseminadas eficientemente dentro do escritório. Explorar soluções de inteligência artificial que podem analisar grandes volumes de dados legislativos e regulatórios para identificar mudanças relevantes. Ao implementar essas estratégias, os escritórios contábeis podem não apenas se manter atualizados com as mudanças na legislação tributária, mas também posicionar-se como consultores confiáveis e informados, prontos para ajudar seus clientes a navegar no complexo ambiente fiscal. A chave é a combinação de tecnologia, educação contínua e uma rede robusta de recursos e apoio profissional.

Os escritórios contábeis enfrentam diversos desafios na gestão das obrigações acessórias, que são procedimentos exigidos pelas autoridades fiscais além das obrigações tributárias principais. Estes desafios podem afetar significativamente a eficiência e a eficácia dos serviços contábeis prestados. Alguns dos principais desafios da legislação tributária que é notoriamente complexa e está em constante evolução, o que exige que os contadores se mantenham atualizados com as últimas alterações para garantir a conformidade e evitar penalidades. A quantidade de dados que precisam ser coletados, verificados e reportados é imensa, o que demanda sistemas robustos de gerenciamento de informações e atenção meticolosa aos detalhes.

As obrigações acessórias muitas vezes têm prazos de entrega rigorosos, o que pode criar pressão para cumprir com todas as exigências em tempo hábil, especialmente durante os períodos de pico. A necessidade de pessoal qualificado que possa lidar com a complexidade das obrigações acessórias é alta, e encontrar e reter esses profissionais são um desafio. Investir em tecnologia de ponta e automação é essencial para aumentar a eficiência e reduzir erros, mas isso também requer investimento financeiro e treinamento contínuo. Identificar e mitigar os riscos associados ao não cumprimento das obrigações acessórias é crucial para proteger os clientes de multas e outras consequências legais. O cumprimento das obrigações acessórias pode ser oneroso, considerando o tempo, o pessoal e a tecnologia necessários para processar e reportar as informações corretamente.

Manter uma comunicação clara e eficiente com os clientes é vital para garantir que as informações necessárias sejam fornecidas de forma oportuna e precisa.

Para superar esses desafios, os escritórios contábeis podem adotar estratégias como a implementação de sistemas de TI avançados, a promoção de uma cultura de aprendizado contínuo, a otimização de processos internos e a manutenção de uma comunicação eficaz com os clientes. Além disso, a colaboração com especialistas em tecnologia e legislação tributária pode fornecer insights valiosos e ajudar a manter os escritórios atualizados com as melhores práticas do setor. A gestão eficaz das obrigações acessórias é fundamental para o sucesso e a sustentabilidade dos escritórios contábeis no ambiente empresarial moderno.

A carga de responsabilidades secundárias que recai sobre os escritórios contábeis tem consumido uma parcela significativa do tempo dos contadores, relegando suas principais atividades a um plano inferior. Frequentemente, isso resulta em trabalhos mal executados ou na ausência de serviços essenciais. O volume de responsabilidades secundárias é vasto e está em constante expansão, com a introdução periódica de novos formulários e relatórios que devem ser preenchidos tanto por indivíduos quanto por entidades legais no país. Para lidar com a crescente demanda de obrigações impostas pelas autoridades fiscais, é imprescindível que os escritórios de contabilidade e seus profissionais se mantenham atualizados.

Cumprir com todas as exigências fiscais não é uma tarefa simples para os escritórios de contabilidade. Além de investirem significativamente no desenvolvimento e na adaptação de seus sistemas e processos internos para atender às normas de cada nova obrigação fiscal, eles não podem se dar ao luxo de cometer erros ou atrasos na entrega das informações. O descumprimento dessas obrigações pode resultar em penalidades severas, conhecidas como Multas Administrativas, que geralmente são de valores consideráveis.

O treinamento contínuo é crucial fornecer treinamento regular aos funcionários sobre as últimas mudanças na legislação tributária. Isso pode incluir workshops, seminários online e cursos de atualização profissional. Com a complexidade das regulamentações fiscais, muitos escritórios estão expandindo seus serviços para incluir consultoria tributária especializada, ajudando os clientes a entender e se adaptar às mudanças. A pesquisa científica sobre obrigações acessórias concentrou esforços em investigar alguns aspectos, como a questão legal em torno das obrigações acessórias (Rocha, 2009); a adequação e a percepção dos contadores e clientes dos escritórios de

contabilidade quanto a alguma obrigação acessória específica (Borges, Soares, & Martins, 2013); e os custos inerentes à adequação e ao cumprimento das obrigações acessórias (Santos & Cabral, 2008).

Quanto ao aspecto da legalidade das obrigações acessórias, têm-se trabalhos como Rocha (2009) sobre os limites para instituição de novas obrigações acessórias e as sanções políticas, que são constrangimentos ou ameaça para que a pessoa física ou jurídica obedeça ao que determina o Estado, como o pagamento de um tributo indevido por meio de manobra punitiva estatal; e Rodrigues (2013), sobre o limite da criação de obrigações acessórias às entidades imunes. Em se tratando da adequação e percepção das obrigações acessórias, os estudos centralizam-se em torno da temática do SPED e, mais recentemente, na questão do e-Social.

3. METODOLOGIA

Este estudo buscou investigar a percepção de profissionais de contabilidade acerca do cumprimento das obrigações acessórias, considerando aspectos técnicos, operacionais e relacionais. Para tanto, adotou-se um procedimento sistemático e estruturado, conforme preconizado por Gil (2010, p.1), que define a pesquisa como “um procedimento racional e sistemático que tem por objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Segundo Chemin (2015), a pesquisa deve ser delineada considerando tanto sua natureza — qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa — quanto seus objetivos — exploratória, descritiva ou explicativa — a fim de garantir adequação metodológica ao problema investigado.

A pesquisa foi conduzida por meio de um questionário estruturado, composto por 23 questões, aplicando-se a Escala Likert com cinco pontos de resposta, incluindo uma opção neutra. A escolha da Escala Likert se justifica por sua ampla utilização em estudos de percepção, satisfação e avaliação de práticas profissionais, permitindo mensurar opiniões de forma quantitativa, ainda que preservando nuances qualitativas nas respostas.

A população-alvo consistiu em contadores(as), técnicos de contabilidade e outros profissionais atuantes na área contábil, com experiência prática na elaboração e transmissão de obrigações acessórias, incluindo SPEDs, e na execução das rotinas contábil-fiscais de empresas. Foram obtidos 31 respondentes válidos, selecionados criteriosamente por sua experiência prática, sendo excluídos profissionais sem vivência direta em atividades contábeis e fiscais. A seleção da amostra seguiu critérios de

intencionalidade e relevância profissional, conforme sugerido para pesquisas de caráter aplicado e exploratório.

As questões do questionário foram construídas a partir da experiência prática dos autores e de estudos anteriores sobre o impacto das obrigações acessórias no trabalho contábil (Silva, 2018; Santos & Oliveira, 2020). Elas buscavam avaliar a complexidade técnica das tarefas, o tempo e os custos envolvidos, a percepção de estresse e pressão no cotidiano profissional, bem como a valorização e compreensão dos clientes em relação aos serviços prestados. Esse delineamento permitiu analisar não apenas o aspecto quantitativo das respostas, mas também compreender nuances qualitativas, como a percepção subjetiva sobre dificuldades, sobrecarga e reconhecimento.

Dessa forma, a pesquisa pode ser classificada como quanti-qualitativa, pois integra análise quantitativa, a partir da tabulação e cálculo de médias e desvios-padrão das respostas na Escala Likert, com análise qualitativa, considerando interpretações sobre percepções, impactos e experiências dos profissionais. Essa abordagem mista é adequada para estudos que visam compreender fenômenos complexos do contexto organizacional, permitindo identificar padrões e ao mesmo tempo explorar percepções subjetivas dos respondentes.

Por fim, as limitações do método incluem o tamanho restrito da amostra (31 participantes) e a seleção intencional, que podem restringir a generalização dos resultados para toda a população de profissionais contábeis, mas são consistentes com os objetivos de investigação exploratória e descritiva desta pesquisa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Essa seção se destina a apresentar os dados produzidos a partir do questionário, buscando não apenas descrever as características da amostra, como também apresentar com base na percepção destes profissionais, especialmente a percepção sobre os aspectos que permeiam o cumprimento das obrigações acessórias, notadamente, o impacto no tempo do profissional tanto no cumprimento como especialização, a percepção da dificuldade das obrigações e do apoio do fisco, e principalmente o custo de preparação, cumprimento, aliados à percepção do cliente.

A Tabela 1 demonstra os dados brutos encontradas a partir das respostas ao questionário. Em percentual estão demonstrados os resultados por perguntas a fim de quantificar as informações.

Tabela 1: Perguntas e respostas da pesquisa tabuladas na Escala Liket

Questões	Discordo totalmente		Discordo		Não concordo nem discordo		Concordo		Concordo totalmente			
	Qte	%	Qte	%	Qte	%	Qte	%	Qte	%	Md	Dp
Cumprir as obrigações acessórias dos clientes exige conhecimentos técnicos especializados.	0	0	0	0	2	6,6	8	26,6	20	66,6	4,6	0,62
As frequentes mudanças na legislação complicam o cumprimento das obrigações acessórias.	1	3,3	4	13,3	4	13,3	6	20,0	15	50,0	4,0	1,23
Dedico uma quantidade significativa de tempo para estudos e pesquisas sobre obrigações acessórias.	0	0	3	10	3	10	10	33,3	14	46,6	4,1	0,99
Investir em tecnologia e sistemas é essencial para cumprir as obrigações acessórias eficientemente.	0	0	0	0	0	0	8	26,6	22	73,3	4,7	0,45
Estou satisfeito com o desempenho dos sistemas que utilizo para cumprir as obrigações acessórias.	2	6,6	5	16,6	6	2	11	36,6	6	20	3,47	1,20
Estou satisfeito com o custo dos sistemas que utilizo para cumprir as obrigações acessórias.	3	10	5	16,6	14	46,6	5	16,6	3	10	3	1,08
A contratação de pessoal especializado é crucial para a execução adequada das obrigações acessórias.	0	0	2	6,67	3	10	10	33,3	15	50	4,2	0,91
A capacitação e o treinamento contínuo são essenciais para lidar com as obrigações acessórias.	0	0	0	0	1	3,3	6	20	23	76,6	4,7	0,52
O cumprimento das obrigações acessórias altera significativamente a minha rotina de trabalho.	2	6,6	4	13,3	3	10	7	23,3	14	46,6	3,9	1,32
O cumprimento das obrigações acessórias gera pressão e estresse no meu dia a dia.	1	3,3	4	13,3	6	20	9	30	10	33,3	3,7	1,17
Os clientes reconhecem e valorizam o trabalho envolvido no cumprimento das obrigações acessórias.	13	43,3	7	23,3	5	16,6	5	16,6	0	0	2,0	1,14
A comunicação com os clientes sobre as obrigações acessórias é eficiente, clara e de fácil entendimento.	7	23,3	9	30	7	23,3	6	20	1	3,3	2,5	1,17
Os honorários cobrados refletem adequadamente o trabalho necessário para cumprir as obrigações acessórias.	9	30	7	23,3	5	16,6	3	10	6	20	2,67	1,52
Os clientes entendem e aceitam de maneira fácil o aumento de honorários decorrentes do aumento do custo (cursos, sistemas, tempo, etc.) para cumprimento das obrigações acessórias.	15	50	9	30	2	6,6	3	10	1	3,3	1,8	1,14

O cumprimento das obrigações acessórias afeta negativamente o equilíbrio entre minha vida profissional e pessoal.	5	16,6	8	26,6	6	20	8	26,67	3	10	2,8	1,28
Os recursos (tempo, pessoal, tecnologia) disponíveis são suficientes para cumprir as obrigações acessórias.	4	13,3	5	16,6	5	16,6	6	20	10	33,3	3,4	1,45
Os prazos para o cumprimento das obrigações acessórias são adequados e realistas.	7	23,3	11	36,6	8	26,6	2	6,6	2	6,6	2,3	1,13
O suporte oferecido pelas autoridades fiscais é adequado para esclarecer dúvidas sobre obrigações acessórias.	10	33,3	11	36,6	4	13,3	4	13,3	1	3,3	2,1	1,15
Os valores das multas pelo descumprimento das obrigações acessórias são elevados.	5	16,6	2	6,6	4	13,3	3	10	16	53,3	3,7	1,57
As multas causadas por erros profissionais têm um impacto significativo no orçamento do escritório de contabilidade.	1	3,3	1	3,3	3	10	9	30	16	53,3	4,2	1,01
Os clientes compreendem e aceitam quando são informados sobre multas que não são de responsabilidade do escritório de contabilidade.	7	23,3	10	33,3	4	13,3	6	20	3	10	2,6	1,33

Fonte: Dados da pesquisa

A análise estatística das respostas apresentadas na Tabela 1, tabuladas em Escala Likert de cinco pontos, revela uma média geral de 3,39 e um desvio-padrão médio de aproximadamente 1,07, o que indica uma tendência de leve concordância entre os respondentes, porém com moderada dispersão nas opiniões. Esse resultado sugere que, embora exista consenso em torno de determinados aspectos técnicos e estruturais, há variação considerável quanto à percepção sobre fatores externos, como clientes, prazos e suporte institucional.

Em relação às competências técnicas, observa-se concordância quase unânime de que o cumprimento das obrigações acessórias exige conhecimentos especializados (média 4,6; dp 0,62) e que as mudanças frequentes na legislação dificultam esse processo (média 4,0; dp 1,23). Essa percepção reforça o entendimento de que a atividade contábil demanda constante atualização e domínio técnico. A valorização da tecnologia também é marcante: a afirmação de que “investir em tecnologia e sistemas é essencial para cumprir as obrigações acessórias eficientemente” obteve a maior média da pesquisa (4,7), com baixo desvio-padrão (0,45), evidenciando consenso quase total entre os respondentes.

No tocante à capacitação profissional, os participantes indicaram alta concordância sobre a importância de estudos contínuos (média 4,1; dp 0,99) e treinamentos constantes (média 4,7; dp 0,52), demonstrando que o desenvolvimento técnico é percebido como condição indispensável para a qualidade do trabalho contábil. Tais resultados refletem um perfil de profissionais comprometidos com a atualização e conscientes das exigências crescentes do ambiente normativo e tecnológico.

No aspecto operacional, há satisfação moderada com o desempenho dos sistemas utilizados (média 3,47; dp 1,20), embora o custo desses sistemas seja avaliado de forma menos positiva (média 3,0; dp 1,08). Essa diferença sugere que, apesar do reconhecimento da eficiência tecnológica, o investimento financeiro necessário ainda é percebido como oneroso.

Em relação aos impactos pessoais e organizacionais, as médias indicam que o cumprimento das obrigações acessórias altera a rotina de trabalho (média 3,9; dp 1,32) e gera estresse (média 3,7; dp 1,17). Além disso, a questão sobre o equilíbrio entre vida profissional e pessoal apresentou média de 2,8, indicando percepção moderada de desequilíbrio. Esses dados evidenciam que as demandas da atividade contábil têm reflexos diretos no bem-estar dos profissionais e na gestão do tempo de trabalho.

A relação com os clientes apresentou os resultados mais críticos da pesquisa. As afirmações relacionadas ao reconhecimento e valorização do trabalho contábil obtiveram médias baixas, como 2,0 (dp 1,14) para o reconhecimento do esforço envolvido e 2,5 (dp 1,17) para a clareza da comunicação. A percepção de que os honorários cobrados não refletem adequadamente o trabalho realizado (média 2,67; dp 1,52) e que os clientes resistem ao aumento de valores (média 1,8; dp 1,14) reforça a existência de um descompasso entre o valor técnico do serviço e o reconhecimento financeiro por parte dos contratantes. A compreensão limitada dos clientes sobre multas não atribuídas ao escritório (média 2,6; dp 1,33) complementa esse quadro de insatisfação.

No que tange aos recursos e condições de trabalho, os respondentes indicaram que tempo, equipe e tecnologia são apenas parcialmente suficientes (média 3,4; dp 1,45) e que os prazos legais são considerados inadequados (média 2,3; dp 1,13). O suporte das autoridades fiscais também foi mal avaliado (média 2,1; dp 1,15), evidenciando uma percepção de carência institucional para lidar com dúvidas e dificuldades práticas.

Por outro lado, a avaliação das penalidades demonstra alta concordância de que as multas são elevadas (média 3,7; dp 1,57) e causam impacto significativo no orçamento dos escritórios (média 4,2; dp 1,01). Esses resultados sugerem que, além da pressão

operacional, o risco financeiro decorrente de erros ou atrasos representa uma fonte adicional de preocupação.

De modo geral, a análise estatística aponta que os maiores índices de concordância concentram-se nas afirmações relacionadas à necessidade de tecnologia, capacitação e especialização técnica, enquanto as menores médias referem-se à valorização profissional, remuneração e apoio institucional. Assim, o estudo evidencia um cenário em que os profissionais de contabilidade reconhecem a importância e a complexidade de suas funções, mas enfrentam baixa valorização externa, limitações de recursos e altos níveis de exigência.

Em síntese, os resultados quantitativos e interpretativos indicam que o cumprimento das obrigações acessórias configura um processo de alta responsabilidade técnica e emocional, em um ambiente caracterizado por instabilidade normativa, escassez de reconhecimento e pressão constante. Ainda que os profissionais demonstrem comprometimento e competência, o conjunto de fatores analisados revela um contexto desafiador, que combina alta especialização com insuficiente valorização — um retrato fiel das tensões vivenciadas na prática contábil contemporânea.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados apresentados na Tabela 1 permite concluir que o cumprimento das obrigações acessórias representa uma das atividades mais complexas e desafiadoras do exercício contábil contemporâneo. Os resultados estatísticos, cuja média geral foi de 3,39 e desvio-padrão médio de 1,07, demonstram que, embora exista concordância sobre a importância técnica e operacional desse trabalho, há significativa dispersão de percepções em relação às condições de execução e ao reconhecimento profissional.

Constatou-se consenso entre os respondentes quanto à necessidade de conhecimento técnico especializado, atualização constante e investimento em tecnologia e capacitação. Questões como o uso de sistemas eficientes (média 4,7) e a exigência de formação contínua (média 4,7) obtiveram as maiores médias, evidenciando que os profissionais compreendem a relevância da qualificação e dos recursos tecnológicos para o desempenho adequado de suas funções.

Por outro lado, os dados revelam fragilidades estruturais e relacionais. O reconhecimento e valorização dos clientes apresentaram as médias mais baixas da pesquisa (variando entre 1,8 e 2,6), o que sugere uma percepção de desvalorização do esforço técnico despendido. A remuneração também é percebida como incompatível com

a complexidade das tarefas, refletindo a dificuldade de mensurar e especificar o trabalho envolvido nas obrigações acessórias.

Além disso, verificou-se que os prazos legais e o suporte oferecido pelos órgãos fiscais são inadequados, com médias de 2,3 e 2,1, respectivamente, o que reforça a sensação de sobrecarga e insegurança operacional. A insuficiência de recursos humanos e tecnológicos (média 3,4) agrava esse cenário, contribuindo para o aumento da pressão e do estresse entre os profissionais. Esses aspectos explicam, em parte, a percepção de desequilíbrio entre vida pessoal e profissional (média 2,8), indicando impactos diretos no bem-estar e na qualidade de vida dos contadores.

Outro achado relevante é a alta concordância quanto ao peso das penalidades e multas, consideradas elevadas e financeiramente impactantes (média 4,2). Essa percepção reforça o sentimento de responsabilidade e risco inerente à função, uma vez que eventuais falhas podem gerar consequências significativas para os escritórios contábeis.

De forma geral, o estudo evidencia que o profissional de contabilidade atua em um contexto de grande exigência técnica e emocional, marcado por instabilidade normativa, alto grau de responsabilidade e escasso reconhecimento externo. O conjunto dos resultados revela uma categoria que demonstra competência e comprometimento, mas que enfrenta limitações estruturais e de valorização que comprometem o exercício pleno de suas atribuições.

Conclui-se, portanto, que há necessidade de melhorias institucionais, tecnológicas e relacionais para tornar o cumprimento das obrigações acessórias mais eficiente e sustentável. Políticas de valorização profissional, investimentos em capacitação contínua, revisão de prazos legais e maior apoio por parte das autoridades fiscais são medidas que poderiam contribuir para reduzir a sobrecarga dos profissionais e aumentar a qualidade dos serviços prestados.

Em síntese, os resultados apontam para a urgência de reconhecer o papel estratégico do contador na conformidade fiscal e na gestão das empresas, promovendo condições mais equilibradas entre exigência, responsabilidade e valorização profissional.

REFERÊNCIAS

- Alberti, M. J. (2016). O impacto da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED nas empresas do setor têxtil e de confecções, segundo a percepção dos gestores das empresas (Dissertação de mestrado). Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Borges, C. F., Soares, A. B., & Martins, V. F. (2013). Sistema público de escrituração digital - SPED: Desafios e benefícios para os profissionais contábeis do município de Uberlândia. *Revista Científica Linkania Master*, 1(6), 109–133.

Brasil. Conselho Federal de Contabilidade. (2021). Resolução CFC nº 2014/ITG 2000 (R1): Escripturação contábil. [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2014/ITG2000\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2014/ITG2000(R1))

Carvalho, P. de B. (2013). *Curso de direito tributário* (25. ed.). Saraiva.

Chemin, B. F. (2015). *Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: Planejamento, elaboração e apresentação*. UNIVATES.

Colombo, M. (2011). As mudanças nas obrigações fiscais acessórias com o SPED-Fiscal e o reflexo nas empresas (Trabalho de conclusão de curso). Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Corrêa, F., et al. (2014). Obrigações acessórias: Um levantamento das informações divulgadas que podem ser alvo de cruzamentos nas principais declarações e demonstrativos exigidos pelo fisco. <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140519034658.pdf>

Fedato, G. A. L., Rehn, A., & Almeida, E. I. (2009). O planejamento estratégico em empresas de serviços contábeis. *Revista Contabilidade e Amazônia*, 2(1), 44–55.

Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5. ed.). Atlas.

Henrique, M. A., Tadeucci, M. S. R., Santos, I. C., & Ricci, F. (2009). Desafios na administração de empresas de serviços contábeis: Da importância da profissão aos desafios atuais. In *Anais do 13º Encontro Latino Americano de Iniciação Científica*. INIC.

Jordão, R. V. D., Silva, M. S., Vasconcelos, M. C. R. L. de, & Brasil, H. G. (2015). Um caleidoscópio de perspectivas sobre o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(26), 119–140.

Leite C. M., Silva, L. F., & Drumond, F. M. P. (2016). Obrigações acessórias: O papel do setor siderúrgico. *Revista de Informação Contábil*, 9(4), 42–60.

Lizote, S. A., & Mariot, D. M. (2012). A estrutura do sistema público de escrituração digital (SPED): Um estudo das novas obrigações. *Revista de Gestão e Tecnologia*, 2(2), 17–25.

Neves Júnior, I. J., Oliveira, C. M., & Carneiro, E. E. (2011). Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED na opinião de prestadores de serviços contábeis no Distrito Federal. In *Anais do 8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade* (pp. 1–17).

Oliveira, D. R., & Ávila, L. A. C. (2016). SPED - Sistema Público de Escrituração Digital: Um estudo do nível de qualificação dos profissionais contábeis em uma cidade do estado

de Minas Gerais. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, 21(1), 57–69.

Reis, R. T. (2015). O custo das obrigações acessórias nas empresas do lucro real da Grande São Paulo. *Pensamento & Realidade*, 30(3), 75–86.

Rocha, J. F. P. (2009). As obrigações acessórias e as sanções políticas. *Diálogo e Interação*, 2. <http://www.faccrei.edu.br/wp-content/uploads/2016/10/diartigos28.pdf>

Rodrigues, G. C. S. (2013). Obrigações acessórias como violação ao direito constitucional de imunidade (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal de Juiz de Fora.

Santos, S. R., Cardoso, M. F., Pressi, G., & Rizzotto, N. B. (2014). Sistema Público de Escrituração Digital: Um estudo sobre o cruzamento de dados decorrentes das obrigações acessórias impostas pela Receita Federal do Brasil. *Gestão Contemporânea: Revista de Negócios do CESUCA*, 1(1), 26–45.

Silva, A. de L. M. da, Azevedo, E. P. R. de S., Vasconcelos, A. L. F. de S., Tavares, M. F. N., & Gomes, M. J. (2018). Percepção dos contadores quanto às dificuldades de competência técnica para a implantação do SPED nas entidades do terceiro setor. *Revista Ambiente Contábil*, 10(1), 347–370.

Silva, M. S. (2012). As repercussões do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED: Uma análise da percepção de empresas, contadores e órgãos fiscalizadores na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Dissertação de mestrado). Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo.

Silva Filho, G. M., Leite Filho, P. A. M., & Lula Pereira, T. R. (2015). Sistema Público de Escrituração Digital: Benefícios e Dificuldades na Visão dos Operadores de Contabilidade do Município de João pessoa. *Revista Mineira De Contabilidade*, 16(3), 50–60. Recuperado de <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/169>

Stein, S. R., & Von Mengden, P. R. A. (2014). Impacto das obrigações acessórias no trabalho dos escritórios de contabilidade do Vale do Paranhana/RS: Estudo de caso. *Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis*, 3(5), 55–74.